NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 28/Jun

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1994| 2018

Patrões desejam inserir uma série de absurdos na convenção coletiva no DF

Ontem, terça-feira (26), o sindicato patronal apresentou sua defesa escrita no processo do dissídio coletivo da convenção coletiva dos vigilantes junto ao Tribunal Regional do Trabalho. Na peça de contestação, os patrões inserem uma série de cláusulas nocivas aos vigilantes. O deputado Chico Vigilante teve acesso ao documento e revela os absurdos que os patrões querem inserir na convenção coletiva de trabalho.

Para o deputado, a peça de defesa do sindicato patronal confirma que os empresários querem inserir na convenção coletiva a reforma trabalhista, que tantos malefícios trouxe à classe trabalhadora, e tentam acabar com o Sindicato dos Vigilantes.

Confira os principais absurdos propostos pelas empresas.

Os patrões oferecem um reajuste de 2,7%, ao contrário dos 3,1% reivindicados pelo Sindesv. Também desejam realizar o pagamento do reajuste a partir da publicação da sentença normativa pelo Tribunal Regional do Trabalho. Isso seria a exclusão da retroatividade.

Redução para 7 (sete) o número de diretores do sindicato e o fim da estabilidade para os delegados sindicais. “Que é a ponta do sindicato dentro da empresa e que é constitucional”, afirma o deputado.

Eles insistem em descontar os dias parados da greve de fevereiro e na tentativa de criar a figura do vigilante horista no DF, bem como,

como a exclusão do pagamento da intrajornada.

Exclusão da cláusula que proporciona a garantia de emprego às vigilantes gestantes. “São tão desalmados, que não querem dar estabilidade às gestantes”, comenta.

Em relação aos benefícios, o sindicato patronal propõe um reajuste de R$ 0,03 no Auxílio Alimentação e deseja inserir a participação do vigilante com desconto em folha, assim como é feito no Auxílio Transporte; e o término do plano de saúde.

Também está inserida na defesa dos patrões, a redução do horário de descanso e/ou alimentação de 1 hora para 30 minutos, sem indenização da outra meia-hora restante e o adicional noturno ser regido conforme a legislação em vigor e, não, conforme o Artigo 73 da CLT.

Os patrões também querem a exclusão da cláusula do aviso prévio de 40 dias para o trabalhador com idade igual ou superior a 50 anos. Com isso, valeriam os mesmos 30 dias para todos os vigilantes. Outro regresso desejado pelos patrões é a exclusividade da estabilidade de 1 ano somente para casos de acidente em serviço.

Por fim, o sindicato patronal solicita a exclusão da cláusula do fundo de compensação indenizatória nas aposentadorias por invalidez. A proposta dos patrões pede que a base de cálculo do Adicional de Salubridade seja adotada conforme a legislação vigente, ou seja, com base no salário mínimo e, não, com a remuneração do vigilante, como é hoje.

Fonte: Deputado Chico Vigilante (PT)

Sessão Solene em alusão ao Dia do Vigilante do ES

O dia do vigilante pode até ter passado, mas as homenagens ainda não acabaram!

Na próxima sexta-feira (29), acontece na Câmara Municipal de Cariacica a Sessão Solene em alusão ao dia do vigilante, celebrado em 20 de junho, para homenagear os profissionais de vigilância.

Na ocasião, serão entregues moções há alguns trabalhadores(as) da área. A cerimônia foi uma proposição do Vereador André Lopes e tem como objetivo buscar a valorização da categoria.

Luta em Cariacica

Em Cariacica, já foi aprovada pela Câmara e sancionada pelo Prefeito do Município a lei municipal que prevê a vigilância armada 24h nas agências bancárias de Cariacica. Agora a diretoria do Sindseg-GV/ES está na luta para que a legislação seja cumprida e, assim, ampliar a oferta de emprego aos trabalhadores(as) vigilantes.

Serviço

Sessão Solene do Dia do Vigilante

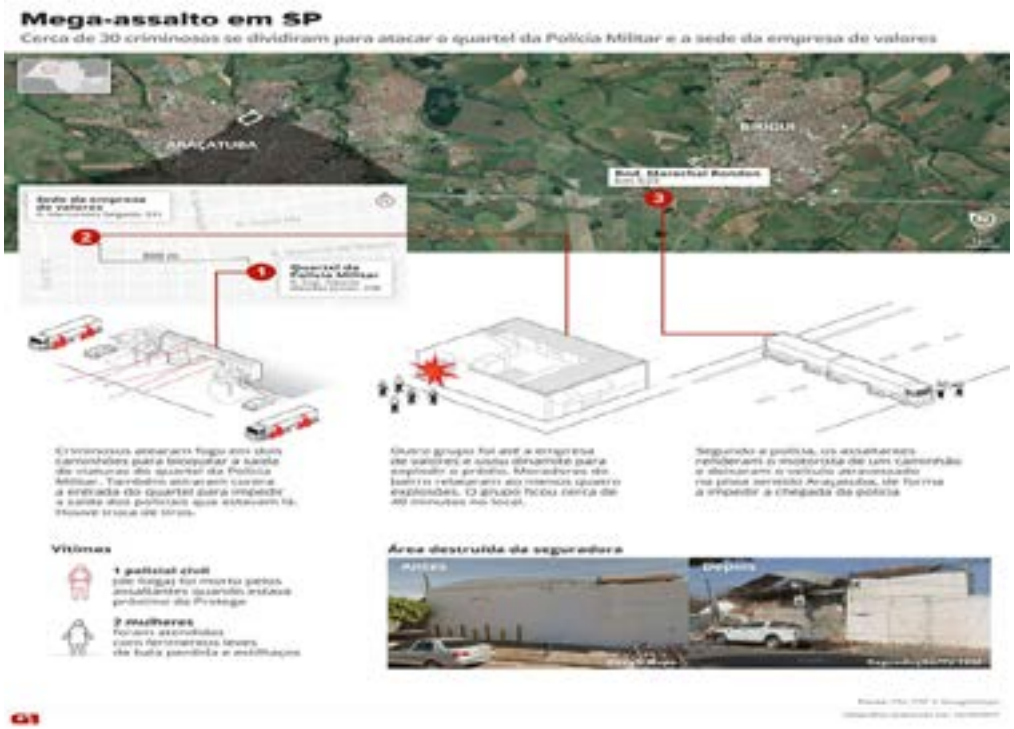
Dia 29 de junho, às 19h30.

No Plenário Vicente Santório – BR 262 – km 3,5, s/nº – Cariacica/ES

Fonte: SINDSEG ES

Polícia Civil faz operação contra quadrilha envolvida em mega-assalto a empresa de valores em Araçatuba

Estão sendo cumpridos 171 mandados judiciais nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Piauí e Minas Gerais. Criminosos roubaram R$ 10 milhões de empresa, em outubro de 2017.



A Polícia Civil do Estado de São Paulo, por meio da Delegacia Seccional de Araçatuba, está cumprindo 171 mandados judiciais em cinco estados e em penitenciárias, nesta quinta-feira (28), durante a "Operação Homem de Ferro".

O objetivo da ação é prender uma quadrilha envolvida no roubo à empresa de valores Protege, em Araçatuba, no dia 16 de outubro de 2017.

Na época, os criminosos, armados com um arsenal de guerra, explodiram o prédio da empresa e roubaram R$ 10 milhões. O assalto terminou com a morte de um policial civil. Câmeras de segurança registraram as primeiras ações do grupo. (Assista ao vídeo abaixo)

A operação é realizada simultaneamente em todo o Estado de São Paulo: capital, Grande São Paulo, região de Campinas, Piracicaba, Rio Claro, Presidente Prudente e Araçatuba, além do Mato Grosso do Sul, Goiás, Piauí e Minas Gerais; e em penitenciárias.

Ao todo, estão sendo cumpridos 24 mandados de prisões temporárias e 147 mandados de busca e apreensão. No momento, participam da megaoperação cerca de 600 policiais civis, 150 viaturas, além do helicóptero Pelicano da Polícia Civil.

O roubo

Durante as investigações, que duraram nove meses, a polícia apurou como a quadrilha planejou e executou o roubo em Araçatuba.

Cerca de 30 criminosos atearam fogo em veículos para bloquear a saída de viaturas do quartel da Polícia Militar, que fica perto do local do roubo.

Os suspeitos também atiraram contra a entrada do quartel para impedir a saída dos policiais, e houve troca de tiros. Na sequência, outro grupo foi até a empresa de valores e usou dinamite para explodir o prédio.

O policial civil André Luís Ferro da Silva, do Grupo de Operações Especiais (GOE), foi baleado durante a ação e morreu na Santa Casa da cidade.

Os ladrões também usaram um caminhão canavieiro para bloquear a pista da Rodovia Marechal Rondon, no sentido Birigui-Araçatuba. O grupo rendeu o motorista e deixou o veículo atravessado na pista, impedindo a chegada da polícia.

Assim que a quadrilha seguiu para Araçatuba, um dos motoristas decidiu retirar o caminhão da pista, liberando a passagem. A interdição durou cerca de 10 minutos.

Fonte: G1 Rio Preto e Araçatuba

Nota Sindical: Mandacaru Vigilância & Secretaria de Saúde

Apoio:

Procedimento administrativo SRT-PE nº 46213.010862/2018-83

Requerentes: Sindicatos dos Vigilantes – Recife & Petrolina

Requeridos: Governo do Estado de Pernambuco (Secretaria Estadual de Saúde) & Mandacaru Vigilância Ltda

Consolidando a luta das entidades filiadas a FIVES-NE e a CNTV, e nos interesses dos direitos dos Vigilantes de Verdade, legalmente, auspiciado pela SRT-PE e por procuração o SINDESV-PE participou e com as mesmas intenções de defender seus representados que cumprem suas obrigações no contrato entre o Governo do Estado de Pernambuco (Secretaria de Saúde) e a empresa Mandacaru na Reunião Administrativa na SRT-PE, onde foram tratadas de maneira abrangente todos desmandos praticados contra os trabalhadores vigilantes, efetivamente:

a) atrasos salariais;

b) não concessões de vales transporte;

c) vales alimentação;

d) descumprimento para recolhimentos das obrigações sociais (fundiárias e previdenciárias), observando-se sempre que estes descumprimentos se verificam por meses e competências.

Registramos que na razão de bloqueio judicial advindo da competência da 1ª vara do trabalho de Petrolina, objetivando encontrar solução urgente para todos os trabalhadores vigilantes deste contrato em toda base territorial do estado de Pernambuco as entidades coirmãs, SINDVIG Petrolina e SINDESV-PE, protestaram para os empenhos extraordinários da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco e Superintendência Regional do Trabalho, esforços estes que se deram e se concluíram conforme propostas firmadas na referida Ata Administrativa da SRT-PE.

Quaisquer liberações e ou pagamentos de faturas estarão condicionados e para pagamentos de todos os trabalhadores que exercem suas funções neste contrato e em todos municípios pernambucanos pela empresa Mandacaru.

José Inácio Cassiano de Souza
Laecio Antonio de Vasconcelos

Policiais militares aposentados vão reforçar a segurança na Ufes

O reforço foi anunciado pelo secretário de Estado da Segurança Pública e deve começar a valer a partir do segundo semestre de 2018.

Policiais militares da reserva vão reforçar a segurança na Ufes

Policiais militares da reserva vão reforçar a segurança na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) a partir do segundo semestre de 2018.

A medida foi anunciada, nesta quarta-feira (28), pelo secretário de Estado da Segurança Pública Nylton Rodrigues após uma série de casos de violência dentro de campus de Goiabeiras, em Vitória.

Os militares aposentados vão ser contratados, sem custos ao Estado, a partir de um convênio firmado entre a universidade, a Polícia Militar e o governo do estado, de acordo com informações dadas pelo secretário ao jornal A Gazeta.

Em uma nota à comunidade universitária, o reitor Reinaldo Centoducatte disse que a Ufes está buscando soluções para o problema.

"Investimos no sistema de videomonitoramento, com câmeras cobrem todo o campus; lançamos o aplicativo Alerta Ufes, que envia um alerta para a Central de Segurança da Universidade; adquirimos novos equipamentos para os vigilantes; promovemos a troca de lâmpadas e a poda de árvores para melhorar a iluminação e o alcance das câmeras", disse o reitor, em nota.

Recomendações

Depois de um assalto que aconteceu dentro de sala de aula, o diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Ufes, Rogério Faleiros, enviou uma mensagem para alunos e servidores com orientações de segurança.

Na mensagem, enviada por e-mail nesta segunda-feira (25), ele sugeriu alguns cuidados, como evitar o uso de celulares em locais abertos e evitar estudar sozinho nas salas ou andarem pelo campus sem companhia.

Apesar das medidas sugeridas, estudantes acreditam que essa não é a solução para os problemas de insegurança na Ufes.

Assalto

No dia 19 de junho, um suspeito armado invadiu uma sala de aula da Ufes, no campus Goiabeiras, e assaltou duas estudantes. Ele fugiu, levando os pertences das vítimas. O crime aconteceu em uma das salas do ED1, no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE).

Fonte: G1 ES

EDITORIAL

No Rumo Certo!

Completamos um ano de luta em defesa dos direitos dos vigilantes. Nessa caminhada estamos vencendo os desafios. Prova disso é a determinação da justiça pelo fim da intervenção judicial no SINDSEG-GV. O comprometimento dos nossos diretores, da nossa equipe administrativa e a participação de cada filiado(a) foi fundamental para essa etapa.

Temos muitos obstáculos para superar. Nos roubaram os direitos adquiridos após anos de luta da classe trabalhadora. Como se não bastasse, ainda nos deparamos com pronunciamentos de natureza eleitoreira que coloca em risco o trabalho dos vigilantes.

Mas continuamos firme na luta. São inúmeros processos em andamento na justiça do trabalho. Contudo, a vitória é certa para aqueles que não desistem de lutar. A cada dia será uma nova conquista.

Ao lado da categoria estaremos no rumo certo. Não foi à toa que organizamos o 1º Campeonato dos Vigilantes. O esporte é uma ferramenta forte para unir as pessoas, basta observarmos os companheiros de uma equipe em campo: um estimula o outro, e para o resultado ser conquistado é necessário a dedicação de todos.

Assim, como o esporte exige disciplina, solidariedade e coragem, nós trabalhadores(as) vigilantes precisamos dessas qualidades para enfrentar as lutas diárias em benefício de toda categoria. Um sindicato vitorioso, é aquele onde os filiados lutam juntos.

Serafim

Presidente do Sindseg-GV

Expediente

Jornal SINDSEG-GV é uma publicação da Secretaria de Comunicação do Sindicato dos Empregados nas Empresas de Transportes de Valores, Escolta Armada, Rondas Motorizadas Diurnas e via Satélite, Agente de Segurança Pessoal, Patrimonial em Geral, Segurança e Vigilância em Geral da Região Metropolitana da Grande Vitória no Espírito Santo.

Responsável: Diretoria do Sindseg-GV/ES
Impressão: Gráfica Fundarte
Redação e Editoração: Line Comunicação

SINDSEG-GV/ES - Rua Graciano Neves, 386, Centro - Vitória/ES. DDD 27 [illegible] - Tel.: (27) [illegible]
Subsede Guarapari: Av. Polônia, [illegible], Praia do Morro
Subsede Aracruz: Av. Coronel Gerdinos Pires, [illegible], sala 03, B. Guanabara

E-mail: contato@sindseg-es.com.br | www.sindseg-es.com.br | Facebook: sindsegES

Estado substitui Vigilantes por PMs aposentados para sonegar Direitos Trabalhistas

Reunião para assinatura do Convênio que permite a substituição de vigilantes por PMs

Com a falácia de promover economia, o Governador Paulo Hartung substitui vigilantes por Policiais Militares da Reserva. Desta forma, as vagas de vigilantes nas repartições públicas são extintas para serem ocupadas por PMs. Mas, a "tal economia" ocorre com a sonegação de Direitos Trabalhista, Impostos e Taxas.

A troca não gera economia! A ajuda de custo ao PM e outras despesas equivale a R$ 2.769,48 por mês, enquanto o vigilante recebe R$ 1.344,15 e 30% de periculosidade, totalizando R$ 1.747,39. Vale ressaltar que o retorno ao trabalho, no caso do TJES, se deu por Sargentos e Cabos, com remunerações superiores a R$ 6 mil por mês.

A "ajuda de custo do PM", não existe emissão de nota fiscal e nem vínculo empregatício no regime CLT. O governo não considerou a perda de receita estadual. Foram sonegados no convênio o INSS, FGTS, SESC, SENAC, SEBRAE, INCRA, Sal. Educação, Contr. Social, Auxílio Enfermidade, Aviso Prévio Trab., PIS, CONFINS, Imposto de Renda, entre outros.

O governo também não considerou o custo com as armas, munições e coletes; o custo do Seguro de Vida Obrigatório; do Plano de Saúde; do Plano Odontológico. O problema gera vários questionamentos da categoria: De quem são as armas, munições e coletes que serão usadas: da PMES ou do policial aposentado? Se forem da PMES, podem ser destinadas à segurança privada? A Delegacia Especializada em Segurança Privada (DELESP) da Polícia Federal, autoriza esse tipo de prestação de serviço? Quem paga as taxas de registro?

Para justificar o convênio com o Tribunal de Justiça, Hartung dispara: "Nossos policiais militares aposentam cedo demais, em médio 50 anos. Com esse convênio, estamos levando para o Judiciário homens e mulheres que estão no auge de sua produtividade para prestar os serviços necessário".

A fala do governador levanta alguns questionamentos: Se aposenta cedo porque atuam numa atividade extremamente desgastante ou, de fato, é cedo demais? Será que os PM's consideram que, ao aceitarem retornar a trabalhar sem nenhum direito trabalhista e sem ser reintegrado à tropa, estão passando recado para sociedade que devem trabalhar mais? Considerando que a sociedade se encontra em um estado caótico de violência, não devem os Policiais Militares, que estão no auge de sua produtividade, prestar serviço para a sociedade que lhe paga, na forma prevista no Artigo 144 da Constituição Federal?

Incertezas e Ilegalidades

O Estado possui preço limite para contratação de serviços de segurança privada, que considera todos os itens que impactam no preço. Esse valor é estabelecido pela Secretaria de Gestão do Estado – SEGER. Por que a SEGER não utilizou o mesmo parâmetro para analisar o convênio com TJES?

Esses são os questionamentos dos Vigilantes que perdem seus empregos por causa de um convênio cheio de incertezas e ilegalidades. Necessitamos do apoio de todos para que os questionamentos sejam respondidos tecnicamente, antes de aumentar ainda mais os índices de desemprego do nosso Estado.

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF